

PARECER JURÍDICO _____

PROJETO DE LEI Nº 02/2021

O presente parecer jurídico foi realizado por requisição da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité – Bahia, por força do art. 27 do Decreto Legislativo nº 215/2014 e do Parecer Regimental nº 01/2016.

1. Ementa.

DIREITO PÚBLICO. ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÃO DA LEI 887/2019. TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA. ALTERAÇÃO. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE

2. Relatório

Essa Consulta Jurídica objetiva esclarecer a legalidade do Projeto de Lei de nº 02/2021 de iniciativa do Exma. Vereadora Municipal, sra. Marli Simões dos Santos.

Na sua sumária Mensagem ao Poder Legislativo, a vereadora, sucintamente alertou para os entraves ao desenvolvimento comercial na cidade causados pela atual limitação na Taxa de Ocupação Máxima disposta na Lei nº 887/2019.

É o relatório. Passo a opinar com as informações prestadas pelo próprio solicitante.

3. Fundamentação do parecer.

Inicialmente, cumpre destacar que os requisitos formais para apresentação do Projeto de Lei estão coadunando com as normas do art. 3º e seguintes do Decreto legislativo 215/2014, que dispõe sobre o Código de Processo Legislativo e, portanto, é a legislação competente para tratar dos aspectos formais da elaboração normativa do Poder Público Municipal de Conceição do Coité – Bahia.

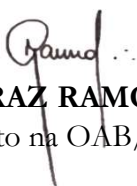
Da mesma forma, é lícita a propositura da matéria em PL, uma vez que a norma legal é a adequada para tratar da temática; ademais, detém, a Câmara de Vereadores, conforme artigo 14, XVI e XVII da Lei Orgânica do Município de Conceição do Coité – Bahia, competência para planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana; bem como legislar sobre a edificação, de loteamento, de arruamento e do zoneamento urbano e rural, assim como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observadas as diretrizes da Lei Federal. Sendo assim, deve-se atentar ao cumprimento das normas dispostas na Lei 10.257/2001.

4. Conclusão.

Diante de tudo quanto exposto, atentando-se as diretrizes da Lei Federal referida, vê-se que o presente Projeto de Lei cumpre os pressupostos constitucionais e legais, em forma e matéria, e, sob o aspecto jurídico, não há óbice para ser aprovado, até o momento, uma vez que apto para tanto. Recomenda-se ainda que conste no projeto a especificação da contagem dos prazos em dias corridos ou úteis, afim de unificar possíveis interpretações divergentes.

É o parecer.

Conceição do Coité – Bahia, 10 de fevereiro de 2021.



PEDRO CEDRAZ RAMOS

Advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 51.516.

RODRIGO PACHEC PINTO

Advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 54.676